

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA**  
**"CIDADE VERDE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA"**

**01 – JOCIMAR DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 28/05/1961, portador da cédula de identidade RG Nº 12.194.298 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 043.873.278-20, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 695, centro, nesta cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, CEP 17890-000.

Único sócio da Sociedade Limitada **CIDADE VERDE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA**, constituída por instrumento particular devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 35601509071, em sessão de 01/12/2016016 e última alteração contratual registrada sob nº 138.651/23-1 em sessão de 24/04/2023, com sede à Rua Jose Amatruda, nº 297, Sala 02, Distrito Industrial II, Junqueirópolis, Estado de São Paulo, CEP 17.890-000, devidamente inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob nº 24.408.472/0001-46, tem entre si, justo e contratado, alteração do contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1ª) O objeto social que era Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, serviços de monitoramento e controle de trânsito, instalação de placas de sinalização de tráfego, obras de urbanização – ruas, praças e calçadas, comercio de peças e equipamentos de sinalização viária e semafórica e comercio atacadista de equipamentos de informática a partir desta data passa a ser **Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, serviços de monitoramento e controle de trânsito, instalação de placas de sinalização de tráfego, obras de urbanização – ruas, praças e calçadas, comercio de peças e equipamentos de sinalização viária e semafórica, comercio atacadista de equipamentos de informática, comercio varejista especializado de suprimentos e equipamentos de informática, comercio varejista de material elétrico.**

**A VISTA DA MODIFICAÇÃO ORA AJUSTADA CONSOLIDA-SE O**  
**CONTRATO SOCIAL, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

**DO QUADRO SOCIETÁRIO**

**JOCIMAR DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 28/05/1961, portador da cédula de identidade RG Nº 12.194.298 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 043.873.278-20, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 695, centro, nesta cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, CEP 17890-000.

**DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.**



1ª) A sociedade tem a denominação social de “**CIDADE VERDE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA**”.

**Parágrafo único:** O sócio **JOCIMAR DA SILVA** é o único sócio, nos termos do § 1º e § 2º do artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), conforme redação conferida pela MP 881/2019, convertida em Lei, conforme Lei nº 13.874 de 20/09/2019, regulamentado pela IN DREI 63 de 11/06/2019 que alterou a IN DREI 15 de 05/12/2013, a sociedade permanecerá unipessoal por tempo indeterminado.

2ª) A sociedade tem sede e domicílio a Rua Jose Amatruda, nº 297, Sala 02, Alto da Estação, Junqueirópolis, Estado de São Paulo, CEP 17.890-000, podendo, mediante deliberação do sócio, manter e encerrar filiais e escritórios em qualquer localidade do País.

3ª) A sociedade tem por objeto a **Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, serviços de monitoramento e controle de trânsito, instalação de placas de sinalização de tráfego, obras de urbanização – ruas, praças e calçadas, comercio de peças e equipamentos de sinalização viária e semaforica, comercio atacadista de equipamentos de informática, comercio varejista especializado de suprimentos e equipamentos de informática, comercio varejista de material elétrico.**

**Parágrafo único:** O (s) sócios (s) declara(m) expressamente que explora(m) atividade econômica empresarial organizada, sendo, portanto, uma sociedade empresária, nos termos do artigo 966 caput e parágrafo único e artigo 982 do código civil.

4ª) A sociedade iniciou suas atividades em **01/12/2016**, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

## **CAPITAL SOCIAL**

5ª) O capital social da sociedade, totalmente subscrito e integralizado pelo(s) sócio(s) neste ato em moeda corrente nacional, é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), dividido em 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre os sócio(s) quotista(s):

<b>QUADRO SOCIETÁRIO</b>	<b>%</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>VR NOMINAL</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
JOCIMAR DA SILVA	100	250.000	R\$ 1,00	R\$ 250.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>250.000</b>	<b>R\$ 1,00</b>	<b>R\$ 250.000,00</b>



**Parágrafo primeiro:** Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo segundo:** A responsabilidade do sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do artigo 1052 da Lei 10.406/02.

## ADMINISTRAÇÃO

**6ª)** A Administração da sociedade incumbe ao sócio **JOCIMAR DA SILVA**, o qual receberá a denominação de administrador, cabendo a ele, em conjunto, a fixação do valor da retirada mensal, assim como, a forma de distribuição dos resultados.

**7ª)** Caberá ao administrador, assinando isoladamente, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta, dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para:

- a) Representar a sociedade em juízo e/ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
- b) Assinar quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive cheques, escrituras, títulos de dívidas cambiais, ordens de pagamento e outros.

**Parágrafo primeiro:** As procurações outorgadas pela sociedade deverão ser assinadas pelo administrador e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado.

**Parágrafo segundo:** A Alienação ou oneração de bens imóveis somente poderá efetivar-se mediante a aprovação dos sócios, representando a totalidade do capital social.

**Parágrafo terceiro:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer um dos sócios, procuradores ou funcionários que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando previamente aprovado pelos sócios, representando a totalidade do capital social.

**8ª)** A entrada de novo(s) sócio(s) dependerá da aprovação unânime de todos os sócios, sendo que, nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a terceiros sem previamente oferecer ao outro sócio o direito de adquiri-las.



**Parágrafo primeiro:** O sócio que pretender ceder ou transferir suas quotas, total ou parcialmente, a outro sócio ou a terceiros, deverá notificar, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, o outro sócio, o qual terá direito de preferência para adquiri-las, nas mesmas condições, devendo o sócio alienante informar o nome do interessado adquirente e todas as condições do negócio, sendo que o direito de preferência deverá ser exercido no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação.

## **DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

9ª) As modificações do contrato social, mediante deliberações dos sócios, deverão observar as disposições contidas nos artigos 1071/1080 do Código Civil.

## **EXERCÍCIO SOCIAL**

10ª) O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial correspondente ao mesmo período, bem como, preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

11ª) Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos aos sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

12ª) A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei e em caso de dissolução e liquidação da sociedade, será o liquidante escolhido pelos sócios, representando a maioria do capital social. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas de cada um possuir.

13ª) A retirada, exclusão, falecimento ou interdição de um dos sócios, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com o remanescente, pelo prazo previsto em lei, a menos que este resolva liquidá-la. Em caso de falecimento ou incapacidade judicialmente declarada de qualquer dos sócios, os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou incapacitado poderão ingressar na sociedade em sua substituição.

**Parágrafo primeiro:** Nos casos previstos pelo "caput" desta cláusula, somente poderão ingressar na sociedade, profissionais que atendam as exigências previstas na legislação pertinente as organizações contábeis.



**Parágrafo segundo:** Em tendo ocorrido o falecimento ou interdição de um dos sócios, o inventariante ou o curador, respectivamente, não terão poderes de administração, a menos que sejam da mesma categoria profissional do falecido ou interditado.

**14ª)** O (s) sócio (s) declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**15ª)** Todo e qualquer litígio oriundo deste contrato, seja entre os sócios, seja entre o sócio e a sociedade, mesmo durante a fase de liquidação, poderá ser admitido ao Juízo Arbitral, conforme os dispositivos da Lei 9.307/96, vedado o recurso à equidade.

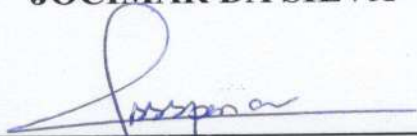
**Parágrafo único:** Para as controvérsias que forem incompatíveis de serem solucionadas pelo procedimento arbitral, por não versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis, fica eleito o foro do Município de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. O foro ora eleito também será competente para o processamento e a execução da sentença arbitral.

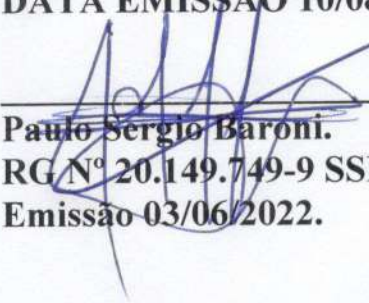
E, por estarem assim justos e contratados assina o presente instrumento particular em 03(três) vias.

Junqueirópolis, 17 de Abril de 2024.

  
JOCIMAR DA SILVA

TESTEMUNHAS:

  
SILVIA REGINA GONÇALVES PENA DOS SANTOS  
RG nº 29.103.506-1 SSP/SP  
DATA EMISSÃO 10/08/2021

  
Paulo Sérgio Baroni.  
RG Nº 20.149.749-9 SSP/SP.  
Emissão 03/06/2022.

